

Indexador será utilizado para corrigir receitas e despesas do orçamento

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

O governo está disposto a corrigir não só as receitas como também as despesas do orçamento da União pelo novo indexador que será criado pelo programa de estabilização econômica do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a unidade de referência (UR), a ser anunciado hoje.

“O governo vem-se beneficiando da inflação para fechar suas contas e está disposto a abrir mão disso. Basta um pequeno atraso na liberação de verbas para que a inflação corroa seu valor, permitindo que as contas fechem com superávit. Mas isto está errado”, afirmou o presidente do Banco Central (BC), Pedro Malan, acrescentando que o superávit conduz equivocadamente as pessoas a acreditarem que não há problema de desajuste fiscal.

Por isso, o governo pretende dar o mesmo tratamento a receitas e despesas, corrigindo as duas contas pela UR, ao mesmo tempo que confere credibilidade ao novo indexador. “O governo não daria um tiro no pé.” Outra disposi-

ção do governo para estimular a confiança no indexador é vender moeda estrangeira pela cotação da UR, disse Malan.

Malan afirmou estar convencido de que o Brasil caminha para um cenário de estabilidade econômica, porque a “inércia inflacionária e o quadro caótico das finanças públicas são insustentáveis do ponto de vista econômico e político”, a uma platéia de banqueiros e funcionários de bancos presentes no seminário “Os Bancos em Cenário de Estabilidade Econômica”, realizado ontem no Hotel Transamérica pela Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) e pelo Instituto Brasileiro de Ciência Bancária (IBCB).

O seminário discutiu o papel do BC e a situação dos bancos na estabilização econômica (ver página 17). Malan alertou aos bancos oficiais que o ajuste fiscal pressupõe o respeito à lei de colarinho branco, que proíbe todas as instituições financeiras de fazer empréstimos a seus controladores; e lembrou que os bancos devem recorrer aos orçamentos estaduais para cumprir suas “responsabilidades sociais”.